

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelo Decanato de Extensão da UnB para disponibilizar, no site repositorio.unb.br, o livro Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília.

REFERÊNCIA

VIEIRA, Carolina Ramalhete. As agendas ambientais da Universidade de Brasília e o projeto de uma rede pela sustentabilidade nos campi. In: CATALÃO, Vera Margarida Lessa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacelar (Org.). **Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília**. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. p. 135-149.

Universidade para o século XXI:
educação e gestão ambiental na
Universidade de Brasília

Decanato de Extensão
Universidade de Brasília

2011

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor

João Batista de Sousa

Vice-Reitor

Paulo César Marques da Silva

Prefeito

Oviromar Flores

Decano de Extensão

Clélia Maria de Sousa Ferreira e Fernando Ferreira Carneiro

Coordenação do Núcleo da Agenda Ambiental

**Vera Margarida Lessa Catalão, Philippe Pomier Layrargues,
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti**

Organização

Renato Cabral Rezende

Revisão

Webson de Alencar Dias

Projeto gráfico e diagramação

Flora Egécia

capa

Comissão Editorial

Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Dione Oliveira Moura

Doris Sayago

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Laís Mourão

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Maria Rita Avanzi

Paulo César Marques da Silva

Philippe Pomier Layrargues

Saulo Rodrigues

Sérgio Koide

Vera Margarida Lessa Catalão

U58

Universidade para o século XXI : educação e gestão ambiental na
Universidade de Brasília / Vera Margarida Lessa Catalão,
Philippe Pomier Layrargues e Izabel Cristina Bruno Bacelar
Zaneti (orgs.). _ Brasília : Cidade Gráfica e Editora, 2011.
340 p. ; 22 cm.

ISBN: 978-85-65088-00-8

1. Educação ambiental. 2. Gestão ambiental. 3. Universidade
de Brasília. I. Catalão, Vera Margarida Lessa. II. Layrargues, Philippe
Pomier. III. Zaneti, Izabel Cristina Bruno Bacelar.

CDU 37:502.31

As agendas ambientais da Universidade de Brasília e o projeto de uma rede pela sustentabilidade nos *campi*

Carolina Ramalhete Vieira¹

Resumo: O presente artigo objetiva retomar sucintamente a história das Agendas Ambientais da UnB, a fim de situar a proposta de articulação de uma rede de atores envolvidos em ações sustentáveis nos campi, paralela e complementar às iniciativas institucionais pela sustentabilidade.

Palavras-chave: comunicação, diálogo, redes sociais, Agenda 21

1. Introdução

A pesquisa sobre o histórico socioambiental da UnB foi desenvolvida como parte da minha dissertação de mestrado, vinculada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Em *Diálogo em redes solidárias: tecendo conexões socioambientais na UnB*, busquei interligar teoria e prática, utilizando como metodologias pesquisa-ação (BARBIER, 2004) e estratégias de diálogo inspiradas na pedagogia freireana (FREIRE, 1987). O objetivo da pesquisa foi analisar as condições para a formação de uma rede solidária (MANCE, 2002) de caráter socioambiental na universidade. Como pesquisadora participante, atuei ainda no sentido de fomentar a emergência da rede pela articulação dos atores em rodas de diálogo e oficinas de capacitação.

Durante as primeiras atividades de campo observei que não havia registros consolidados do histórico socioambiental da UnB. Isto dificultava uma análise crítica do contexto de pesquisa, o que levou à necessidade de se buscar mais informações sobre a história das Agendas pela sustentabilidade nos *campi*.

¹ Mestre do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Acredito que os resultados dessa reconstrução histórica servem de estímulo e também de alerta aos atores que hoje se empenham em promover a sustentabilidade nos *campi*. Também são úteis aos membros da comunidade, interessados em questões socioambientais e abertos a dialogar com as iniciativas existentes na UnB.

A perspectiva histórica proporciona, a partir do olhar crítico para o passado, que os acertos se multipliquem e que os eventos que ocasionaram o desmonte dos movimentos prévios sejam tidos com o aprendizado e não venham a se repetir. As experiências relatadas podem ainda trazer aprendizados para a formação de Agendas 21 locais e de redes socioambientais nos mais diversos contextos, sobretudo em universidades.

Enfatizo que não é pretensão aqui esgotar o assunto ou fazer levantamento aprofundado da história dos *campi*, mas criar bases que facilitem a compreensão do contexto em que emerge algo novo: a perspectiva de rede solidária socioambiental na UnB. Nas linhas a seguir, realizaremos a travessia de uma ponte histórica, a fim de compreender os detalhes e os significados que formaram a atual conjuntura socioambiental na UnB.

2. Aspectos teóricos e metodológicos

A pesquisa que dá origem a este artigo utilizou a metodologia de pesquisa-ação (BARBIER, 2004), alternando a ação e a reflexão em grupo. O grupo se reunia periodicamente em rodas de diálogo, inspiradas nos círculos de cultura descritos por Paulo Freire (1987). Os encontros visavam à troca de saberes, ao reconhecimento mútuo, ao olhar coletivo e crítico para a realidade circundante pela percepção da perspectiva histórica e política em que são desenvolvidas as ações socioambientais nos *campi*. Também visavam ao desenvolvimento de dinâmicas de organização próprias das redes sociais, tais como comunicação e auto-gestão (MARTINHO, 2004). O elemento fundamental para tanto era o diálogo, fundado no aprendizado bilateral (educador-educando), na comunicação horizontal, no afeto e na confiança recíprocos (FREIRE, 1987).

A troca de saberes deu-se também por meio de oficinas, realizadas em parceria entre a pesquisa e participantes das rodas de diálogo. Tais oficinas basearam-se em princípios de educomunicação, sobretudo, no manual do Coletivo Cala-bocajá-morreu (LOPES, 2010), vinculado ao Instituto Gens (SP), e no manual de Educomunicação Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente (2010).

Já para a reconstrução do histórico das agendas ambientais dos *campi*, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (MARCONI; LAKATOS, 2002) a fim de resgatar acontecimentos relevantes a partir da memória de atores-chave.

3. A questão socioambiental e a UnB

A mobilização pela questão ambiental na UnB remete-nos à história do movimento ambientalista e da educação ambiental no país. Um marco nesse movimento foi, em 1992, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro. Durante o evento destacaram-se a realização da 1ª Jornada de Educação Ambiental e a construção da Agenda 21 Global.

A Eco-92, com sua proposta da Agenda 21 Global, estimulou a criação de programas nacionais e locais de sustentabilidade, inclusive nas universidades públicas. Em 1993, começaram na UnB as atividades que dariam origem ao Núcleo de Educação Ambiental e Ecologia Humana, na Faculdade de Educação. Somou-se a esse núcleo a força de outros profissionais da universidade, que realizavam estudos socioambientais específicos, culminando na criação da Agenda 21 da UnB, em 1998, por decreto da Reitoria.

Estávamos interessados em que a universidade não fosse apenas produtora de um discurso de conservação, mas que disseminasse práticas de conservação. Em 1998, já tínhamos um grupo de atores identificado e também questões ambientais importantes levantadas. Mesmo assim, não fomos nós que provocamos a primeira Agenda 21. Havia o movimento no ar, a reitoria aproveitou esse enlace e formalizou o desejo de se criar a Agenda 21 da UnB. (Leila Chalub, em entrevista. Junho de 2010).

Criada em 1998, a Agenda 21 da UnB vigorou até 2002, com passagem pelo Decanato de Extensão (DEX), pelo Decanato de Assuntos Comunitários e pelo Decanato de Pós-Graduação. Para entender melhor as bases do programa universitário, são necessárias, contudo, algumas informações adicionais sobre as propostas originais da Agenda 21 Global e seus desdobramentos nacionais e locais.

4. Agenda 21 Internacional

A Agenda 21 Internacional ou Global, considerada o principal produto da ECO-92, foi elaborada conjuntamente por 179 países e dava as diretrizes para o planejamento de sociedades sustentáveis. O documento estabeleceu como meta um novo padrão de desenvolvimento, com balanço entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Cada área constituinte do

documento incluía a descrição de bases para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação.

Considerando que a concretização de planos em escalas macro só é possível com a delimitação de territórios menores de ação, previu-se a criação de Agendas 21 Nacionais e Locais. Nos contextos específicos, o programa deveria ser pensado de acordo com as peculiaridades encontradas, assim, a metodologia para a construção das Agendas 21 Nacionais e Locais previa a participação dos diferentes níveis do governo, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

A Agenda 21 Brasileira foi construída em um processo participativo de consulta à população, que durou aproximadamente cinco anos (1997 – 2002). Para coordenar a iniciativa, foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21. O documento da Agenda 21 Nacional foi entregue à sociedade em 2002. Contudo, antes disso, diversas Agendas 21 Locais já haviam sido criadas participativamente, envolvendo governo e sociedade.

A diretriz para a elaboração de Agendas Locais segue a mesma lógica das Agendas Nacionais, pois são construídas em processos participativos e contínuos, em que as comunidades identificam deficiências, potencialidades, forças e recursos para se tornarem sustentáveis. Para isso é preciso também mobilizar interesses, vontades e apoio para a concretização dos objetivos.

Nas experiências bem sucedidas de Agendas Locais alguns fatores mostraram-se presentes, como as parcerias entre governo e sociedade e a participação comunitária. Outro fator relevante para o sucesso era a existência de clareza quanto a objetivos, estratégias e às principais questões a serem trabalhadas. Também deveriam ser previamente definidos metas, prazos, responsáveis e indicadores (KRANZ, 1999).

5. Agenda 21 da UnB

A Agenda 21 da UnB foi inspirada no Documento da Agenda 21 Internacional, de 1992. A idéia central da Agenda 21 da UnB era promover a construção participativa de um plano para gestão sustentável da universidade. Por isso foi realizada uma consulta pública sobre as principais questões ambientais locais e um seminário para debatê-las. Foram espalhadas urnas para eleição de temas prioritários e o levantamento resultou na escolha de cinco pontos para o debate: energia, água, áreas verdes, resíduos sólidos e alimentação & saúde.

Esses temas foram utilizados como base para a construção do Seminário da Agenda 21 da UnB, realizado no *campus* Darcy Ribeiro, entre 28 e 30 de junho de 1999. O seminário foi, segundo os registros, um espaço para mostra de experiências, divulgação de publicações e facilitação do processo de construção da Agenda 21 da UnB. Ao final do seminário, obteve-se uma lista, indicando os problemas ambientais detectados e as alternativas para resolvê-los. Também foram definidos os princípios do Programa da Agenda 21 da UnB: (1) participação, (2) descentralização, (3) multissetorialidade e (4) corresponsabilidade.

A estratégia para dar continuidade ao processo foi incentivar e apoiar a consolidação dos cinco grupos de trabalho formados durante o Seminário da Agenda 21 da UnB (um para cada tema eleito na consulta prévia à comunidade). Estavam previstos também outros seminários para discutir gestão ambiental, atividades comunitárias, captação de recursos e desenvolvimento de projetos ambientais.

Entretanto, apesar do esforço e do engajamento de muitos professores e funcionários e demais participantes do processo de construção da Agenda 21, os documentos e propostas produzidos não foram traduzidos em ações concretas para a transformação da realidade local, acarretando na estagnação da Agenda 21 da UnB e na desvinculação dos atores. Em 2002 as atividades da Agenda foram interrompidas. Segundo depoimentos de atores envolvidos, a falta de políticas de continuidade e de envolvimento comunitário foram causas preponderantes para o desmonte da Agenda 21.

6. Agenda Ambiental da UnB

A proposta da Agenda 21 foi retomada em 2006, quando a professora Leila Chalub assumiu a gestão do Decanato de Extensão e criou o Núcleo da Agenda Ambiental da UnB (NAA/UnB).

Constatou-se, na ocasião, que os problemas ambientais levantados em 1999 ainda eram atuais. Contudo, desta vez, em vez de dar ênfase ao diagnóstico socioambiental, de caráter técnico e acadêmico, muito presente na vigência Agenda 21 da UnB, optou-se por focar em atividades de mobilização da comunidade universitária, aproveitando os estudos outrora realizados como ponto de partida.

O Núcleo nasceu modesto em tamanho e ousado em sua proposta. Inicialmente, compunham o corpo de trabalho apenas a professora Vera Catalão, como coordenadora, e a pedagoga Marília Teixeira, como técnica. A relação entre as

propostas da Agenda Ambiental e o programa da primeira Agenda 21 da UnB (1998-2002) era de continuidade. Por isso, dentro do Núcleo da Agenda foi instituída a Comissão da Agenda Ambiental, formada pelas mesmas pessoas que compunham a equipe da agenda anterior, de modo a resgatar seus conhecimentos. Entretanto, nem todos os convocados a compor a comissão responderam ao chamado. Dos trinta professores nomeados pela Reitoria para compor a comissão, menos de cinquenta por cento participou efetivamente das reuniões.

Além de criar uma comissão, a coordenação da nova Agenda considerou prioridade focar na mobilização comunitária e no fomento a projetos socioambientais. A idéia central era estimular que mais estudantes, professores e funcionários atuassem em projetos de sustentabilidade ambiental. Na carta de lançamento da Agenda Ambiental, encontramos a afirmação deste propósito:

Uma agenda que tem na comunidade seu lastro de materialidade, seu sentido simbólico e seu valor fundamental não pode nascer de um grupo de especialistas detentores de saberes técnicos sobre o tema. Precisamos criar um espaço de articulação de pesquisas, projetos e ações em curso que seja sustentado por uma mobilização constante da comunidade universitária. (Trecho da Carta de lançamento do NAA, de 2007, dos arquivos digitais do NAA).

A nova Agenda Ambiental também se propunha a ser um programa transversal e estratégico, capaz de fazer interagir o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Este caminho passaria novamente por uma ampla consulta sobre os problemas locais, pelo debate, pela construção coletiva de soluções sustentáveis e por uma mudança de atitude na realização das tarefas cotidianas que faziam parte do ritmo e da organização da universidade. A carta de lançamento da Agenda convidava ao protagonismo, à participação em um processo “propositivo que visa ir além dos diagnósticos para construir propostas e recomendações, estabelecer consensos, implementar projetos e (fomentar) a responsabilidade individual com as decisões compartilhadas”. (Trecho da Carta de lançamento do NAA, de 2007, dos arquivos digitais do NAA).

Mas como mobilizar a comunidade e efetivar essa proposta? Para conseguir o almejado envolvimento comunitário, a proposta do Núcleo da Agenda Ambiental foi inspirada no projeto Cultura Viva, do Ministério da Cultura, que propunha e fomentava a criação de Pontos de Cultura, espalhados pelo país, a fim de criar uma rede de iniciativas e fortalecer pontos culturais estratégicos.

O Cultura Viva nasceu em 2004 e propunha a criação uma rede cultural nacional, promovendo e interligando ações de expressão e gestão cultural espalhadas pelo país. A base do projeto era a criação de Pontos de Cultura, que

consistiam em projetos de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária, que envolvessem comunidades. Os pontos de cultura eram selecionados por meio de editais públicos e recebiam verba do Governo Federal.

Dentre os objetivos do programa Cultura Viva estavam: (1) potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; (2) fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos”. (trecho extraído do site do Ministério da Cultura: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/>. Acesso: dez. 2010).

Em analogia, o projeto da Agenda Ambiental fomentaria a criação de uma rede de Pontos de Ação Culturais Sustentáveis (PACS) na UnB. Esse processo consistia em mapear, articular, fortalecer e fomentar iniciativas de alunos, professores ou funcionários relacionadas com a gestão sustentável dos *campi*. Assim, uma mandala socioambiental (Figura 1) seria composta a partir da formação dos PACS, e da sua conseqüente aglutinação em Coletivos temáticos, por afinidades de interesse, e em um Conselho geral de articulação.

Resumidamente, os PACS seriam os nós fundamentais da rede de iniciativas socioambientais e previa-se a articulação dos mesmos para a formação de coletivos nas seis áreas temáticas trabalhadas pela Agenda, citadas e descritas abaixo:

- a. Resíduos Sólidos: ações relativas à gestão compartilhada de resíduos sólidos, dentre elas o consumo consciente, a reciclagem, a coleta seletiva etc.;
- b. Saúde e Nutrição: projetos com abordagem em ecologia profunda, medicina natural, alimentação ecológica e atividades esportivas em contato com a natureza;
- c. Mobilidade Sustentável: iniciativas para promoção de formas de locomoção sustentáveis, não poluentes e focadas na interação harmônica com o meio ambiente;
- d. Comunicação e Educação Ambiental: projetos com abordagens transversais, focadas em aspectos pedagógicos e em processos comunicativos para a capacitação, a mobilização e a circulação de informação em prol da sustentabilidade;

- e. Áreas Verdes e Espaços de Convivência: esforços para revitalização e/ou construção ambientes para vivências ecológicas e comunitárias e para a promoção da qualidade de vida na UnB;
- f. Água e Energia: projetos focados no debate e em estudos para utilização responsável e sustentável da água e da energia nos *campi*.

Segundo depoimento da ex-coordenadora do NAA, Vera Catalão, a ideia era que os PACS, nascidos nas diferentes unidades acadêmicas, que tratassem de um mesmo tema, se articulassem para criar um coletivo. Os coletivos, por sua vez, teriam representatividade no Conselho de Articulação, que se reuniria para tratar de assuntos de interesse de todas as áreas e articular as iniciativas entre si. Esta mandala, constituída por PACS, Coletivos e Conselho, somada aos atores individuais e parceiros diversos, resultaria em um grupo, que se reuniria periodicamente no Fórum de Mobilização Permanente.

O Fórum fomentaria a articulação entre os projetos, e manteria um constante debate socioambiental. Entre 2007 e 2009 dois momentos materializaram a proposta do Fórum. O primeiro coincidiu com o evento de divulgação dos primeiros PACS fomentados pela Agenda Ambiental, em outubro de 2007. O segundo aconteceu em 2009, na forma de um seminário, que será abordado em detalhes adiante.

No que diz respeito à constituição completa da mandala, com PACS agrupados em coletivos, estes ligados pelo conselho e reunidos periodicamente em fórum, o ponto de partida seria o mapeamento das iniciativas socioambientais nos *campi* e o fomento das mesmas por meio de um edital.

O edital *Mostre Seu Amor pela UnB* foi lançado no mesmo ano em que a Agenda, 2007. Foi lançado como uma forma de incentivo e de apoio à consolidação da mandala de PACS, tendo como objetivo inicial o fomento ao desenvolvimento de projetos de extensão que contribuíssem para a promoção a sustentabilidade nos *campi* e estivessem alinhados com as propostas da Agenda Ambiental.

A estratégia de lançamento do edital pretendia também estimular o cadastro de PACS e a conseqüente vinculação dos projetos socioambientais existentes na UnB à Agenda Ambiental. O cadastro das ações como PACS era pré-requisito para se concorrer ao recurso disponibilizado. Assim, a inscrição no edital levaria, naturalmente, ao mapeamento de ações sustentáveis em todos os *campi* e ao registro das mesmas junto ao NAA.

O primeiro Edital (2007/2008) disponibilizou, por meio de uma parceria entre o DEX e a Fundação de Empreendimento Científicos e Tecnológicos, 30 mil reais

para fomento dos primeiros sete projetos, com orçamento de até de cinco mil por iniciativa sustentável a ser desenvolvida nos *campi*. Além do recurso, cada projeto tinha direito a solicitar uma ou duas bolsas de extensão para remuneração de alunos da graduação. As inscrições podiam ser feitas em três frentes: Transporte Sustentável, Resíduos Sólidos e Saúde & Nutrição. Os projetos selecionados entraram em vigor em março de 2008 e suas atividades transcorreram durante os dois semestres letivos seguintes.

Em meados de 2008, depois de conturbado momento político na universidade, assumiu a gestão do Decano de Extensão o professor Alexandre Bernardino Costa. Nesta época, as atividades frequentes e bem sucedidas da Agenda, como as campanhas *Sou UnB*, *Jogo Limpo* e *Mostre Seu Amor pela UnB*, favoreceram que os recursos para o edital de 2009 fossem ampliados para 37 mil reais, o que possibilitou a aprovação de nove projetos.

Ainda em 2008, após as eleições universitárias, o momento político tornou-se especialmente próspero ao tratamento da questão ambiental. Isto porque estava dentre as metas de campanha assumidas pelo Reitor recém-empossado, José Geraldo Júnior, o compromisso de fazer uma gestão alinhada com a sustentabilidade ambiental. No final daquele ano, a equipe do Núcleo Agenda Ambiental (funcionários e extensionistas) foi recebida na sala do Reitor para apresentar a proposta da Agenda Ambiental. Na ocasião, entregaram ao Reitor um documento que esboçava uma proposta de políticas públicas para a gestão socioambiental sustentável dos *campi*, desenvolvido no âmbito da Comissão da Agenda Ambiental. Naquele momento, na presença de membros dos PACS, e mediante registro dos meios de comunicação internos, foi reafirmado o compromisso da gestão da universidade com a sustentabilidade socioambiental. Tal documento foi desdobrado posteriormente, durante o seminário desenvolvido pela Agenda Ambiental, no ano seguinte.

Assim, em 2009 a Agenda se transformou no principal braço executivo da frente para a sustentabilidade na UnB, com apoio da gestão superior. O momento político, aliado aos projetos e campanhas bem sucedidos, possibilitou mais avanços. O corpo técnico foi ampliado e o número de bolsas de estágio técnico para funcionários do Núcleo aumentou de duas para quatro bolsas de 40 horas cada. As bolsas de extensão para estudantes da graduação também foram garantidas, sendo duas por projeto do Edital e três para composição da equipe do NAA.

Em 2010 o lançamento do edital *Mostre Seu Amor pela UnB* foi adiado para o segundo semestre de 2010, devido à greve dos funcionários. Mediante o curto

tempo para execução das ações, a verba também foi reduzida a 24 mil reais. Cada projeto poderia solicitar até dois mil reais para a compra de materiais, e as equipes teriam de trabalhar sem bolsas de extensão naquele ano. Entretanto, com a redução do teto para o financiamento dos projetos, houve a ampliação do número de iniciativas aprovadas para 12.

A divulgação dos projetos aprovados saiu em outubro de 2010 e todo recurso teria de ser empenhado em menos de um mês, pois apesar do descompasso do calendário acadêmico, as contas da universidade fechariam no início de novembro, como de costume. O complicado processo de empenho de verba pública inviabilizou o uso da maior parte do recurso aprovado. Alguns projetos conseguiram apresentar orçamento a tempo, alguns optaram por dar andamento às propostas mesmo sem o recurso e outros, desmotivados, tornaram-se ausentes das atividades e reuniões do NAA.

A greve de 2010 e as instabilidades decorrentes dela reanimaram o debate de uma questão diversas vezes levantada em espaços formais e informais da universidade: a necessidade de uma política para gestão socioambiental nos *campi*. Somente esta poderia garantir a continuidade das ações por tempo suficiente para que fossem colhidos os resultados e houvesse de fato uma transformação em prol da sustentabilidade.

7. Políticas para a Gestão Socioambiental

Em 2008, enquanto vigoravam os primeiros projetos fomentados pelo edital da Agenda Ambiental da UnB, começou a ser discutida, no âmbito da Comissão da Agenda, uma proposta de políticas públicas permanentes, que pudessem conferir continuidade às ações desenvolvidas. Destaca-se que até então os recursos destinados aos PACS tinham que ser negociados anualmente e que a Agenda também não dispunha de verba própria e compartilhava com os demais núcleos de extensão os recursos destinados ao Decanato. Somando-se isso às constantes mudanças no quadro de funcionários e às periódicas mudanças de gestão da universidade e do NAA, trabalhava-se a possibilidade de interrupção, a qualquer momento, das iniciativas desenvolvidas ou fomentadas pela Agenda.

Assim, a fim de pensar uma política permanente, que garantisse a existência de ações sustentáveis em longo prazo, foram formados grupos de trabalho para a consolidação de um documento com proposições referentes às áreas de atuação da Agenda Ambiental. Tal documento foi entregue à reitoria no final de 2008,

como previamente relatado, e resultou na realização do Seminário da Agenda Ambiental, em 2009.

O seminário de 2009 contou com uma média de 160 inscritos, reunidos durante três dias de trabalho. Houve a participação de estudantes, professores, atores dos PACS, e de aproximadamente 50% dos membros da Comissão da Agenda. Visava-se a ampliar o debate sobre as principais questões ambientais dos *campi*, mantendo o enfoque nas seis áreas de atuação da Agenda, coordenadas por membros da Comissão.

A metodologia do Seminário consistiu na realização de mesas redondas e na discussão temática, em grupos de trabalho. Nas mesas especialistas e extensionistas expuseram aspectos teóricos de cada área e descreveram os projetos de extensão da Agenda e suas principais ações. Nos grupos de trabalho os inscritos no seminário debatiam aspectos específicos de cada tema, com base na leitura e discussão do documento base de políticas para sustentabilidade na UnB, datado de 2008.

Como resultado do seminário foi elaborado um novo documento de políticas para a gestão sustentável dos *campi* e uma declaração de compromisso com a sustentabilidade, compilados pelo corpo técnico do NAA, a partir das discussões dos grupos. A nova proposta foi encaminhada à gestão superior da universidade.

Após o primeiro seminário, a ideia era que outros eventos, em formato de fórum continuassem a ocorrer periodicamente. Ao final do segundo semestre de 2009, planejava-se o segundo fórum, que não aconteceu, pois a organização da Semana de Extensão e a instalação de um Laboratório de Tecnologias Sustentáveis ocuparam a equipe do NAA e preencheram a agenda de atividades até o final do ano.

Até março de 2011 não constava registro formal da política socioambiental na universidade. Assim, os desdobramentos do seminário, os encaminhamentos dados ao documento final e as políticas socioambientais da UnB aparecem como temas importantes para o debate nos movimentos socioambientais de base, tais como a proposta de rede solidária descrita a seguir.

8. Articulação socioambiental em rede na UnB

A estratégia de fomento por meio do edital *Mostre seu Amor pela UnB* funcionou bem para a mobilização da comunidade universitária. Em 2008 foram aprovados e fomentados sete PACS, em 2009 o número subiu para nove, e, em 2010 houve doze projetos aprovados. Esses números demonstraram avanços, tanto

no engajamento, quanto no que se refere ao respaldo institucional, por parte da gestão universitária que disponibilizou gradativamente mais recursos.

Contudo, apesar da criação de PACS nos *campi*, o objetivo final do lançamento dos editais manteve-se distante da realidade. As propostas de articular as ações socioambientais existentes nos *campi* em uma “rede” em prol da sustentabilidade não foram efetivadas. Até o segundo semestre de 2010, os PACS estavam ativos, mas não havia um espaço permanente de articulação entre eles. Mantinham-se isolados, a não ser nas ocasiões em que o Núcleo convocava à participação em eventos institucionais, a exemplo da Semana de Extensão.

Por que a proposta da “rede” não saía do papel? Uma resposta à questão era a ausência de diálogo entre os atores, uma demanda presente no discurso dos próprios extensionistas. Essa ausência de diálogo e interação acarretava diversos problemas.

A falta de interação entre ações sustentáveis reduzia o potencial e a visibilidade das mesmas, e inviabilizava também um maior engajamento da comunidade universitária. Outro ponto crucial prejudicado pela falta de diálogo e reflexão coletiva era o debate político sobre as propostas e ações pela sustentabilidade em curso na UnB, que incluía a discussão sobre políticas permanentes para a gestão socioambiental na UnB.

Assim nasceu o projeto de mestrado *Diálogo em redes solidárias: tecendo conexões socioambientais na UnB*, visando à mobilização de uma rede social solidária na UnB (VIEIRA, no prelo). A ideia da pesquisa-ação (BARBIER, 2004), vinculada ao CDS, nasceu da experiência de trabalho da autora com os PACS, como técnica do NAA, e também do diálogo com atores e gestores envolvidos. O processo de construção do cenário inicial da pesquisa-ação confirmou a demanda por comunicação e articulação entre os PACS.

Pelo levantamento bibliográfico inicial identificou-se na proposta de organização social em rede solidária uma possibilidade que se aplicaria bem ao contexto da UnB. A partir dos dados iniciais, formulou-se a hipótese de que existe no grupo de atores socioambientais da universidade as bases para a autoidentificação como rede social solidária, tipo de organização democrática, horizontal e fundada em valores e propósito comuns (MANCIE, 2002, MARTINHO, 2004). Essa rede seria eficaz em fortalecer iniciativas pontuais, promovendo a articulação entre os atores e a constituição de um projeto comum de sustentabilidade.

No sentido da criação da rede, o primeiro passo seria promover o diálogo, possibilitando conexões e fluxos, condições de existência de uma rede (MANCIE,

2002). Isto porque, segundo Freire (1987), dialogar significa estabelecer comunicação, vinculação, confiança, interação e aprendizado recíproco, por meio da troca entre os atores.

As estratégias pensadas para a articulação da rede foram a realização de círculos de diálogo e de oficinas com metodologias participativas. Além da utilização de métodos de pesquisa-ação, a abordagem estava fundamentada nos conhecimentos e práticas de educomunicação (SOARES, 2000) e de articulação de redes sociais solidárias (MANCE, 2002, MARTINHO, 2004). De acordo com a proposta, foram fomentados também espaços virtuais para interação não presencial e para a publicação dos conteúdos discutidos pelo grupo.

A partir do segundo semestre letivo de 2010, logo após a divulgação dos projetos aprovados pelo edital da Agenda, foi convocado o primeiro encontro presencial de atores socioambientais ligados à universidade: um círculo de diálogo. Os potenciais interessados foram convocados a participar por meio das listas de discussão socioambientais e de contatos virtuais colhidos em reuniões. O convite foi reforçado em eventos e fóruns presenciais. A convocação chamava à constituição de um espaço de trocas, que visava ao conhecimento mútuo, ao compartilhamento de idéias, de projetos e ao olhar coletivo para a realidade socioambiental dos *campi*.

Até fevereiro de 2011 foram realizados três círculos e três oficinas. Fizeram parte do público da pesquisa atores institucionais, ligados ao NAA, membros da comunidade universitária (estudantes e professores), bem como atores e grupos comunitários interessados no trabalho socioambiental em articulação com a universidade.

Na primeira oficina, em dezembro de 2010, o grupo elegeu um nome: *Sustentação*. Também foram criadas para comunicação pela internet uma comunidade (Sustentação UnB) na plataforma Orkut, e uma lista de discussão por *e-mail* hospedada na plataforma Google.

Durante a oficina realizada em janeiro de 2011, foi definido o objetivo comum, identificado e validado pelo grupo: interagir e trocar para promover ações sustentáveis. Também foi definida a primeira ação coletiva: a produção de vídeos que divulguem as ações sustentáveis executadas pelos projetos, dentro da perspectiva de educomunicação.

Na primeira roda de diálogo janeiro de 2011, realizada no DEX, a convite do NAA, foi exposto o histórico da Agenda apresentado neste artigo a pedido dos integrantes do coletivo *Sustentação*. A conversa contou com a participação dos

então gestores da Agenda Ambiental da UnB, Clélia Parreira e Fernando Carneiro, e proporcionou o diálogo e esclarecimento sobre formas de parceria entre o NAA e o *Sustentação* e sobre perspectivas de apoio institucional para ações e atores engajados.

9. Resultados preliminares

A pesquisa sobre o coletivo *Sustentação* e as potencialidades para a consolidação da rede social solidária encontravam-se em andamento até a data de conclusão deste artigo. Estima-se que a pesquisa seja concluída ainda no primeiro semestre de 2011, mas que as atividades da rede sejam continuadas, para além das atividades de campo.

Entre novembro de 2010 e fevereiro de 2011, apesar do calendário irregular do semestre de reposição de greve, que levou à interrupção das atividades de campo em dois momentos, (recesso e férias), observou-se o amadurecimento dos grupos envolvidos e o estreitamento dos laços, promovido pelos encontros. Houve a definição de um objetivo comum, de atividades compartilhadas e a autoidentificação como coletivo, com a escolha de um nome para o grupo.

Os presentes mostraram-se mobilizados pela perspectiva de formação de uma rede, puderam olhar de forma crítica para contexto histórico em que estavam inseridos. As primeiras três rodas contaram com a participação média de 30 pessoas, e as oficinas tiveram, em média, 12 participantes cada. A cada reunião chegam novos participantes. A perspectiva é de confirmação do potencial do grupo *Sustentação* organizar-se como uma rede social solidária e de que a articulação iniciada se perpetue para além da conclusão da pesquisa, chegando a influenciar aspectos políticos da gestão socioambiental na UnB.

Referências Bibliográficas

Agenda 21 Internacional (Fonte: biblioteca Rebal, acessado em fevereiro de 2011. http://issuu.com/rebal/docs/agenda_21_internacional_-_ntegrac).

Agenda 21 Brasileira (Fonte: SEMA PR, acessado em fevereiro de 2011. http://www.sema.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/agenda_21_brasileira.pdf).

BARBIER, R. *A Pesquisa-Ação existencial, integral, pessoal e comunitária*. Brasília: Editora Plano. 2004.

- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KRANZ, P. *Pequeno Guia para a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Hipocampo. 1999.
- LOPES, G. *Detalhamento da metodologia Cala-Boca-Já-Morreu*. In: <http://portal-gens.com.br/portal/images/stories/pdf/detalhamentodametodologiacbjm.pdf>. Acesso em 22/08/ 2010.
- MMA, MEC. *Manual de Educomunicação*. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, (PDF), 2006. Acesso em 22/08/2010.
- MANCE, E.A. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINHO, C. *Redes, uma introdução às dinâmicas da conectividade*. Brasília: WWF, 2004.
- SOARES, I. *Educomunicação: um campo de mediações. Comunicação & Educação*. São Paulo: ECA/USP. Editora Segmento, Ano VII, set/dez. 2000, nº 19.
- VIEIRA, C.R. *Diálogo em redes solidárias: tecendo conexões socioambientais na UnB*. Dissertação de Mestrado. CDS/ UnB, no prelo.